



Violência e democracia 25 anos depois: entrevista com Angelina Peralva

Jacqueline Sinhoretto¹

Lucas Henrique Diniz Feltrin²

Angelina Peralva³

Resumo: Angelina Peralva é socióloga e desenvolveu seu programa de pesquisas entre o Brasil e a França. A entrevista, gravada em vídeo, transcrita e revisada para publicação, aborda temas como democracia, movimentos sociais, violência e mercados ilícitos, abordando a atualidade de seu livro publicado em 2001. A obra buscou compreender as tensões entre democratização e violência, problematizando a coexistência de avanços institucionais e de práticas sociais excludentes. Ao propor que a violência não constitui uma anomalia, mas um elemento estrutural da democracia brasileira, Peralva formulou uma das interpretações mais originais sobre o período pós-ditatorial. O balanço de mudanças e permanências é o tema, destacando a maior aceitação social da violência de Estado no presente, reavaliando o otimismo com a superação da ditadura e sinalizando a necessidade de mudanças de agenda política.

Palavras-Chave: sociologia da violência, democracia, violência de Estado, ditadura militar.

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil - jacsinhoretto@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8718-779X>

² Fundação Oswaldo Cruz – São Carlos - Brasil - lucashdfeltrin@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3698-0927>

³ Université Toulouse Jean Jaurès – Bassoues - França - peralva@univ-tlse2.fr - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0479-4402>

VIOLENCE AND DEMOCRACY 25 YEARS LATER: INTERVIEW WITH ANGELINA PERALVA

Abstract: Angelina Peralva is a sociologist who developed her research program between Brazil and France. The interview, recorded on video and transcribed and revised for publication, addresses topics such as democracy, social movements, violence, and illicit markets, drawing on her book published in 2000. The work sought to understand the tensions between democratization and violence, questioning the coexistence of institutional advances and exclusionary social practices. By proposing that violence is not an anomaly, but a structural element of Brazilian democracy, Peralva formulated one of the most original interpretations of the post-dictatorial period. The balance between change and continuity is the theme, highlighting the greater social acceptance of state violence in the present, reevaluating the optimism surrounding the overcoming of the dictatorship, and signaling the need for changes in the political agenda.

Keywords: sociology of violence, democracy, state violence, military dictatorship.

VIOLENCIA Y DEMOCRACIA 25 AÑOS DESPUÉS: ENTREVISTA CON ANGELINA PERALVA

Resumen: Angelina Peralva es socióloga y ha desarrollado su programa de investigación entre Brasil y Francia. La entrevista, grabada en vídeo y transcrita y revisada para su publicación, aborda temas como la democracia, los movimientos sociales, la violencia y los mercados ilícitos, abordando la actualidad de su libro publicado en el año 2000. La obra buscó comprender las tensiones entre la democratización y la violencia, problematizando la coexistencia de avances institucionales y prácticas sociales excluyentes. Al proponer que la violencia no constituye una anomalía, sino un elemento estructural de la democracia brasileña, Peralva formuló una de las interpretaciones más originales sobre el período posdictatorial. El balance entre cambios y continuidades es el tema central, destacando la mayor aceptación social de la violencia de Estado en la actualidad, reevaluando el optimismo con la superación de la dictadura y señalando la necesidad de cambios en la agenda política.

Palabras clave: sociología de la violencia, democracia, violencia de Estado, dictadura militar.

Introdução

Angelina Peralva é professora emérita de Sociologia da Université Toulouse – Jean Jaurès. Com uma trajetória acadêmica construída entre o Brasil e a Europa, lecionou na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (1983–1997) e foi professora titular na universidade francesa entre 1998 e 2015. Suas pesquisas abordam temas como democracia, educação, movimentos sociais, violência e mercados ilícitos, destacando-se pela articulação entre perspectivas sociológicas latino-americanas e europeias. Ao longo de sua carreira, desenvolveu parcerias acadêmicas relevantes — entre elas, com Alain Touraine e Michel Wieviorka —, promovendo intercâmbios entre pesquisadores brasileiros e franceses.

Publicado em 2000, o livro *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro* surgiu em um contexto marcado, de um lado, pela ampliação dos direitos sociais e políticos após a Constituição de 1988 e, de outro, pelo crescimento persistente dos índices de violência urbana. Nesse cenário, a obra de Peralva integrou-se a um conjunto de pesquisas que buscaram compreender as tensões entre democratização e violência, problematizando a coexistência de avanços institucionais e de práticas sociais excludentes. Ao propor que a violência não constitui uma anomalia, mas um elemento estrutural da democracia brasileira, Peralva formulou uma das interpretações mais originais sobre o período pós-ditatorial.

Vinte e cinco anos após a primeira edição, o que mudou e o que permanece? Se, à época, o paradoxo residia na esperança de uma democracia em expansão e na frustração diante da persistência — ou mesmo do agravamento — da violência, como se configura hoje a relação entre esses dois paradigmas? É a partir dessas questões que esta entrevista retoma os principais argumentos de *Violência e democracia*, explorando sua atualidade⁴.

Trata-se de uma entrevista da autora para os entrevistadores, que são membros do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, onde está sediado o Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos.

ANGELINA PERALVA - Boa noite, bom dia, boa tarde para vocês. É boa noite para mim aqui na França. É um prazer muito grande, Jacqueline, Lucas, estar com vocês aí em São Carlos mesmo de forma virtual. A UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) é uma universidade onde eu tenho muitos parceiros, muitos amigos. A Jacqueline e eu trabalhamos juntas, compartilhamos

⁴ Essa transmissão foi ao ar no Canal do Youtube do GEVAC UFSCar, em 18 de junho de 2024. Agradecemos a Lorena Leão Calixto pela colaboração na transcrição. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1E3yfDCYkXA>

algumas aventuras na sociologia. Eu acho que em relação à minha trajetória o fundamental é isso: eu naveguei entre dois países. Trabalhei 14 anos na USP, na Faculdade de Educação; e depois, mais 15 em Toulouse. Minha trajetória foi realmente dividida entre esses dois lugares e minha cabeça está marcada por isso. De qualquer modo, quero agradecer a oportunidade de estar refletindo sobre esse livro, 25 anos depois. Foi muito interessante para mim retornar a ele.

JACQUELINE SINHORETTO - Além de ter sido lançado no Brasil - a capa do livro está aqui, estava no banner no começo da nossa transmissão, foi editado no Brasil pela Editora Paz e Terra, em 2000 - o livro existe também em francês, não é, Angelina?

AP - É verdade, ele foi editado também na França, mais ou menos na mesma época, pela editora Balland, na coleção Voix et Regards, dirigida por meu amigo Michel Wieviorka.

JS - Perfeito. No Brasil o prefácio é do Alain Touraine, com quem você fez o seu pós-doutorado, não é isso?

AP - Durante muitos anos, durante toda a minha estada na França, eu trabalhei em um laboratório dirigido por Touraine, o Centro de Análise e de Intervenção Sociológicas (CADIS), da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS). Participei de muitas pesquisas coletivas. O trabalho coletivo, em matéria de pesquisa, é o filé mignon da vida acadêmica. Esse centro, que Touraine dirigiu ao longo dos anos, era muito aberto. Como ele era um sociólogo muito importante, passava sempre muita gente por lá - a sociologia mundial passava por aquele centro de pesquisas.

JS – Angelina, vamos apresentar o livro. Ele surge em uma época de proliferação de outros estudos sobre o assunto. Estavam publicando muito na época - a Alba Zaluar, que infelizmente nos deixou recentemente. Existe o livro da Teresa Caldeira, “Cidade de Muros”, publicado um ano antes. Os trabalhos do Sérgio Adorno, do Paulo Sérgio Pinheiro, José Vicente Tavares dos Santos, César Barreira, Michel Misce -, uma série de pessoas que fizeram parte dessa primeira geração dos sociólogos ditos da violência, que adotaram essa denominação e também um campo incomum. O Antônio Luiz Paixão e a Maria Stela Grossi Porto, que também fazem parte da nossa memória. Naquele momento, seu livro coloca uma discussão, sistematizada a partir de pesquisas que você fez, parte em São Paulo, parte no Rio de Janeiro, e tenta formular a ideia de um paradoxo, que você nomeou na época, entre violência e democracia. A democracia estava recém instalada, tinha uma década quando você estava escrevendo o livro, e havia muitas promessas, novas legislações sendo elaboradas naquele momento, de garantia de direitos. Mas também uma escalada da violência, a partir dos

anos 80 que foi, vamos dizer assim, simultânea ao processo de democratização social e política no Brasil. E essa escalada da violência era um contraponto ao que estava acontecendo, ou, como você disse, um paradoxo: de um lado havia instituições democráticas se fortalecendo, a participação social se fortalecendo, um ambiente de liberdade política e religiosa, mas, por outro lado, o medo da violência começava a se tornar parte da vida de quase todo cidadão brasileiro. Esse diagnóstico de 25 anos, na sua opinião, se mantém?

AP - Acho que houve uma mudança do ponto de vista da percepção da violência. Naquele momento o paradoxo era evidente. Havia um otimismo muito grande, nas nossas cabeças, em relação ao fim da ditadura. Eu faço parte de uma geração que viveu a ditadura no corpo - uma geração de militantes políticos que sofreu diretamente na carne a violência da ditadura. E, para nós, o fim da ditadura foi uma coisa muito importante, evidentemente - acho que para todo o povo brasileiro. As primeiras pesquisas na época mostravam a confiança na democracia. Mas, ao mesmo tempo, como você disse - a violência no país, principalmente nos centros urbanos, no Rio, em São Paulo, tornou-se em certo momento explosiva. Tivemos, é importante lembrar, alguns massacres particularmente emblemáticos: o do Carandiru, São Paulo, em outubro de 92, o da Candelária, Rio de Janeiro, em julho de 93, o de Vigário Geral, Rio de Janeiro, em agosto de 93, o de Eldorado dos Carajás, Pará, em abril de 1996. A cada vez eram massacres absolutamente chocantes. Naquele contexto de redemocratização, eles interrogavam nosso otimismo com a saída da ditadura. E isso significava que tinha havido uma mudança importante: a redefinição dos alvos da violência de Estado. Porque todos esses massacres a que eu me referi envolveram agentes do Estado. Houve um deslocamento da violência de Estado, que num determinado momento visava principalmente os militantes políticos, e que passou a visar uma população pobre, vivendo em áreas desfavorecidas. E isso efetivamente aparecia como um paradoxo.

O que mudou hoje é que houve uma espécie de naturalização da violência. Acho que as pessoas se acostumaram com a violência de Estado. Ela não tem mais o mesmo impacto. Não é mais motivo de escândalo, como naquele momento. Os massacres do Jacarezinho, Rio de Janeiro, maio de 2021, os da Baixada Santista, São Paulo, no verão de 2023/2024, parecem causar hoje menos indignação do que causavam naquele momento. E eles se mantêm, os massacres se mantêm. Alguns dias atrás, uma operação na Maré, no Rio de Janeiro, matou duas pessoas. Matar duas pessoas em um bairro pobre do Rio de Janeiro é o cotidiano dessas populações.

JS - Hoje em dia a letalidade policial no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Bahia, nos estados onde essa letalidade é maior – nós temos também tem uma movimentação da sociedade civil grande para fazer a denúncia, além de instâncias de escuta do Estado. Em São Paulo existe uma Ouvidoria da Polícia. No âmbito do Ministério da Justiça, foi criada uma Ouvidoria. Essa movimentação toda existe também na sociedade civil - principalmente em movimentos de mães e familiares, e em movimentos de moradores das regiões mais periféricas. Nós tivemos uma figura como a da Marielle Franco, que veio desse movimento de denúncia da violência policial nas periferias. Mas, apesar desses movimentos sociais ainda terem voz, é possível que a aceitação social nos anos 80 era menor.

AP - A aceitação social da violência nos anos 90 era menor, a aceitação por parte da mídia era menor. Há como que um hábito que se instalou na população brasileira, nos jornais brasileiros, de aceitação desse fenômeno como inelutável. E isso é um paradoxo efetivamente, porque, como você indicou, há uma mobilização da sociedade civil. Mas essa mobilização é impotente para conter a violência.

JS – Você faz no livro uma observação interessante - eu dou aula com esse livro. Uma discussão que nós tivemos, eu e você, na nossa trajetória de pesquisa, é o fato de que sempre se dá muito valor e muita visibilidade aos atos de violência que são cometidos nas periferias da cidade, nas favelas. É verdade que a violência acontece muito nesses ambientes, mas nós não podemos responsabilizar as classes pobres pela violência. Você acha que ainda é possível dizer a mesma coisa 25 anos depois? Continua sendo verdadeira a afirmação de que as vítimas de violência estão nas classes pobres, mas que as origens dessa violência estão disseminadas em todas as classes sociais?

AP - Nós somos herdeiros de um padrão de violência de Estado que tem origem na ditadura. Como dissemos, 25 anos atrás havia um otimismo muito grande em relação à democracia. Esse otimismo desapareceu e há muitas razões que fazem com que hoje a democracia esteja ameaçada. É uma evidência no mundo inteiro. O crescimento de uma extrema-direita mundo afora é um sinal de que a democracia está ameaçada. Porém, mais do que isso: hoje nós temos uma democracia débil. Em relação à violência, a capacidade de ação da sociedade civil se tornou mais débil com o passar do tempo. Não obstante a mobilização, como você indicou. Associações de mães, mobilizações, protestos nas áreas atingidas pela violência policial - pela violência de Estado, porque não se trata apenas da violência policial; a Justiça também é particularmente severa com os pobres. Mas a capacidade da democracia em dar resposta a esse tipo de problema reduziu-se consideravelmente. Nesse plano e em outros planos também.

E, ao mesmo tempo, algo da nossa herança permanece - no caso do Brasil, que tem um nível de violência de Estado que você não encontra em outros países da América Latina que passaram, como nós, por ditaduras ferozes. A violência de Estado que existe hoje no Brasil não tem equivalente em países como a Argentina ou o Chile, por exemplo. Uma violência de Estado dirigida contra a sociedade civil.

Na época em que eu escrevi o livro, eu achava que a saída da ditadura tinha significado um debilitamento do Estado, de tal modo que já não era exercido um controle sobre a violência na sociedade inteira, como era o caso nos tempos da ditadura. A ideia era de que o monopólio da violência exercida pelo Estado - uma tese amplamente aceita na sociologia - teria sido perdido na entrada da democracia. No livro, eu fiz uso de uma expressão, efetivamente infeliz, que consistia em dizer que tinha havido um “debilitamento” do Estado, na saída da ditadura. Hoje eu diria outra coisa. Eu diria que, na saída da ditadura, o Estado redirecionou sua violência para as populações de áreas pobres, mas o padrão de violência de Estado se manteve. E que padrão é esse? É o padrão da guerra, o padrão do extermínio. A guerra como modelo de administração de conflitos. Não no sentido metafórico. Mas realmente a guerra de extermínio cotidiano dos pobres. E é preciso mencionar um livro que me parece fundamental para entender essa questão: *A Casa da Vovó. Uma Biografia do DOI-CODI (1969-1991)*, de Marcelo Godoy. Através de uma série de entrevistas com ex-torturadores e membros da chamada “comunidade de informações”, o livro mostra como a ditadura desenvolveu, contra militantes políticos, um modelo de extermínio justificado como uma política de guerra. O relatório da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, recenseou 434 mortos e desaparecidos, vítimas de violência de Estado, em sua maior parte durante o período ditatorial. Esse padrão continua existindo ainda hoje, mas dirigido a um outro tipo de população. Desse ponto de vista, existe uma relação em linha direta entre os 434 mortos da ditadura e os mortos de hoje, da Maré, da Baixada Santista, ou da Bahia.

LUCAS FELTRIN - Minha pergunta vai no sentido do que a professora já estava falando, só para complementar. A senhora argumentava que o debilitamento do Estado na saída da ditadura explicaria a escalada da violência. Essa hipótese se sustenta?

AP - Eu acho que essa hipótese é absolutamente inadequada. Ela tentava explicar a disseminação da violência num determinado momento. Mas o Estado, ao contrário, manteve o padrão ditatorial de exercício da violência na democracia. No momento da eleição de Bolsonaro, no “vira-voto” entre os dois turnos, havia quem dissesse: “a ditadura não acabou”, “a ditadura se mantém” - e isso

é verdade para certos segmentos da população brasileira. Para eles, a ditadura se mantém.

Eu acho que nós precisamos refletir sobre essa relação. Não se trata de uma herança da história brasileira, em geral. Trata-se de uma herança mais específica, que nos remete à maneira como se deu a passagem da ditadura para a democracia. Marcelo Godoy menciona o fato de que, sim, houve tortura no Estado Novo, mas ela não foi generalizada e não houve desaparecidos. A ditadura varguista não produziu desaparecidos como a ditadura brasileira entre 1964-1985 - corpos de militantes fuzilados, que desapareceram, e cujos restos mortais até hoje as famílias não conseguiram recuperar. Isso não existiu no Estado Novo, é produto da ditadura militar. E esse padrão se mantém hoje.

Houve um esforço muito grande nos últimos anos, nessa grande área que é a sociologia da violência, para produzir números, estatísticas confiáveis. Lá atrás, quando todos nós estávamos começando, isso era um verdadeiro problema. Essas estatísticas não existiam. Hoje o Fórum Brasileiro de Segurança Pública é uma referência na produção de números sobre a violência no Brasil. Houve um esforço, também, na produção de políticas públicas visando a redução da letalidade policial. No entanto, esses importantes esforços, somados à mobilização da sociedade civil, à criação de associações, nada disso foi capaz de alterar um padrão que não é sequer de letalidade policial, mas sim de extermínio. Quando a polícia faz operações, a coreografia de intervenção nas áreas pobres do país é a coreografia da guerra. São tanques de guerra, helicópteros que metralham a população. A coreografia, que se mantém, é uma coreografia de guerra. E isso nós não conseguimos alterar. Então, eu acho que nós precisamos começar a pensar que não é só um problema de formação de policiais; é a alteração de um padrão que se enraizou na sociedade brasileira. Acho que há um trabalho a ser feito no âmbito da sociedade civil, da opinião pública, da mídia, mostrando a relação entre nosso passado recente e o nosso presente. Estamos a 60 anos do golpe de 64. Lula disse que não queria remoer essas coisas, que elas faziam parte do passado. Mas elas não fazem parte do passado, elas são o nosso presente. E, lamentavelmente, nossa democracia é hoje muito débil para conseguirmos pensar decisivamente nesse sentido. Mas precisamos, pelo menos, interiorizar essa relação entre o período ditatorial, que é um fato muito recente da nossa história política, e aquilo que estamos vivendo hoje. Isso me parece muito importante.

JS - Eu imagino que, ali pelos anos 2000, a questão que estava sendo colocada era a da necessidade de construir melhor o aparato de Estado, de equipar melhor as polícias, enfim uma discussão que foi feita durante muito tempo e que foi feita pelos governos democráticos. Para usar uma expressão famosa: “nunca

antes na história desse país” se investiu tanto em equipar as polícias, comprar viaturas modernas, informatizar as polícias e ...

AP - ... e em formar policiais.

JS – E em formar policiais também. E o orçamento da segurança pública nos estados, nos municípios, no governo federal só aumentou. É uma questão que foi colocada naquele momento e o Estado democrático realizou esse investimento. Então, agora, no Brasil, olhamos a situação a que chegamos. Por exemplo, eu estou em greve, e essa pode ser vista como uma atividade de greve. 63 universidades federais estão em greve hoje no Brasil. E os policiais tiveram aumento de salário em todas as suas categorias nos últimos anos. Os profissionais da educação e os profissionais da saúde, não. Os profissionais da saúde na saída da pandemia conquistaram alguma coisa - um piso nacional da enfermagem, algo assim. A sociedade civil reconheceu a importância de se valorizar as carreiras da saúde. Mas as carreiras da educação, em todos os níveis, estão muito sucateadas. As carreiras policiais, não. Continua havendo um investimento muito importante em segurança pública, em tecnologia da segurança pública. Não há hoje um município de 200.000 habitantes que não tenha câmeras, que não tenha um aparato de tecnologia para a segurança pública. Esse é um tema que vem sendo estudado no GEVAC (Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos). E o que tem sido demonstrado para nós é que não se trata de uma questão de inficiência ou de incapacidade da polícia. Mas a polícia se tornou tão grande que ela se tornou incontrolável. Ela é tão grande hoje que você passa a ter essas demandas. Isso aconteceu também em outros países. A ponto de, em 2020, haver um movimento internacional pedindo a redução do tamanho da polícia. Foi pedido nos Estados Unidos. Houve movimentos na França também, nesse sentido. E, aqui no Brasil, várias demandas que estimam que se está gastando dinheiro demais para produzir uma segurança pública de menos. As escolhas políticas em matéria de investimento não tiveram o efeito esperado de redução de violência.

Mas eu queria te fazer uma outra pergunta - uma coisa muito bonita do seu livro. Você fala de uma democratização social que começou no Brasil antes da democratização do Estado. Você fala dos divórcios, do feminismo e da questão racial. A questão racial mudou bastante nos últimos 25 anos. Ela se tornou publicamente muito mais impactante, muito ligada ao tema da violência. Você, que também pesquisou o racismo na França, algo que foi importante nas pesquisas do CADIS (Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologique), queria comentar um pouco sobre as mudanças no plano da denúncia do racismo?

AP - De fato, uma questão que eu coloco no livro - e para mim é uma das questões mais fortes, que hoje ainda se mantém de pé - é o que eu chamei de dinâmica democrática. O sentimento de igualdade cresceu muito, na entrada da democracia. Ainda na ditadura, formaram-se novos movimentos sociais. Novos personagens entraram em cena, como disse Eder Sader (1988). Personagens vindos do mundo popular. E esse “entrar em cena” implicou na quebra de um ordenamento hierárquico que existia na sociedade brasileira, na relação entre ricos e pobres. E, na situação brasileira, os pobres são os negros. Há outros personagens - as populações indígenas, que também se mobilizaram para reivindicar direitos. É isso, “entrar em cena”. Há uma dinâmica democrática que remete a uma ideia da democracia como algo mais do que um arcabouço institucional, algo mais do que um sistema político de base eleitoral. A democracia é também uma dinâmica que altera um padrão de relações sociais.

A inspiração para essa análise vem de Tocqueville. Em seu livro *O Antigo Regime e a Revolução* (2017) ele afirma que a revolução francesa foi produto da deslegitimização de um padrão hierárquico de relações sociais, produzida por uma dinâmica de democratização interna da sociedade. A revolução produziu efeitos do ponto de vista da criação de uma nova institucionalidade, mas ela só foi possível porque foi precedida pela democratização das relações sociais. Uma democratização que ocorreu ainda no interior do antigo regime, por vários caminhos, por exemplo, através da expansão da educação das classes populares, e ela tornou ilegítimas as relações hierárquicas em vigor.

No Brasil, isso ocorreu particularmente com os negros. A capacidade dos afro-brasileiros de tomarem a palavra no espaço público aumentou muito com a democracia. Essa dinâmica gera um tipo particular de racismo, que é a negação para os negros/pobres desse estatuto de igualdade que a democracia lhes ofereceu. Nesse quadro particular, o racismo se traduz na negação das conquistas obtidas de maior igualdade. Certas populações eram submetidas, na esteira da história da escravidão, ou, num país como a França hoje, pela história colonial. Através de sua presença no espaço público, elas passam a reivindicar direitos que no passado não tinham. Tudo isso envolve a formação de novos conflitos, que se expressam em muitos momentos sob a forma do racismo. Muita coisa que não era visível antes, porque as relações sociais eram de certo modo protegidas por um padrão hierárquico, passa a ser visível e fonte de novos conflitos.

Monteiro Lobato, um autor que habitou minha infância, é hoje caracterizado por muitos negros como um autor racista. Monteiro Lobato foi muito importante na minha vida de criança. E eu voltei a ele para conferir se ele era realmente racista, ou não. Na minha releitura, fui obrigar a constatar que

sim, que alguns personagens de Monteiro Lobato, e o personagem da Emília, particularmente, manifestavam formas de racismo que hoje se tornaram inaceitáveis. A criança que eu era naquele momento, educada em uma família de esquerda, supostamente antirracista, olhava essas manifestações de racismo com uma certa distância. Mas, hoje, para crianças negras que se tornaram leitoras de livros infantis graças à democracia, essas mesmas manifestações de racismo tornaram-se inaceitáveis. Aquilo que era aceitável para mim, porque eu considerava os problemas de um ponto de vista crítico, tornou-se inaceitável para esse novo grupo de leitores. Nesse sentido, a democracia criou, para todos nós, parâmetros novos na percepção do racismo. E esses parâmetros são constitutivos, em muitos momentos, de novos conflitos.

JS - Você estudou movimentos de jovens periféricos, tanto aqui em São Paulo quanto na França. Os jovens estão menos afinados com a democracia? Estão se sentindo menos representados pela ordem democrática? Há uma mudança na adesão dos jovens à democracia?

AP - Nossa democracia vai mal. Eu vim de uma de uma geração, a geração dos anos 60, 68, o último terço do século XX, que vivia numa sociedade muito conservadora e abriu fronteiras. Uma geração que viveu uma revolução cultural liberal e mudou muita coisa. Hoje nós estamos vivendo o contrário, o retorno a um conservadorismo moral. Há uma espécie de reviravolta em relação a uma série de conquistas – no âmbito das relações de gênero, ou da sexualidade, por exemplo. Isso é um primeiro problema. Um segundo problema é que nós vivemos num mundo trabalhado pela globalização. A ampliação da mobilidade humana e a redefinição das condições de comunicação à distância tornaram incertas as fronteiras da democracia. Nós sempre pensamos a democracia no interior de fronteiras territoriais precisas. E, hoje, essas fronteiras são transbordadas pela experiência social. Um terceiro problema, longamente abordado nas Ciências Humanas, é o da fragmentação das identidades, com impacto sobre os interesses e as lógicas de mobilização de diferentes segmentos sociais. Desse ponto de vista, o debate sobre as questões de gênero é um exemplo paradigmático. Houve o feminismo com uma incidência positiva sobre os direitos dos homossexuais, cujo movimento se fragmentou em seguida em LGBTQI+. A fragmentação das identidades sexuais tornou-se tão importante que ela é, de certa maneira, a ilustração perfeita da fragmentação das identidades socioculturais em geral. Tudo isso forma um leque muito complexo de problemas, cuja tradução através de um sistema eleitoral de representação passa a ser muito complicada. Tudo isso contribui para tornar as democracias eleitorais, hoje, extremamente débeis para responder à complexidade do mundo. Agregam-se

a isso as exigências da economia de mercado na globalização, que têm sistematicamente implodido direitos. Nossa entendimento da democracia como garantidora de direitos sociais, garantidora de liberdade, garantidora de níveis limitados de violência – em suma, o modelo da democracia europeia formada no segundo pós-guerra: combinação direitos sociais e liberdade - foi atropelado por mudanças que afetaram as condições da nossa existência coletiva.

Isso é também o que explica a força com que uma alternativa de extrema-direita vai se afirmando mundo afora. Soluções simples para os problemas do mundo: em muitos lugares é o “fora os imigrantes que nos atrapalham”, o “perigo comunista” na versão bolsonarista, os discursos de ódio. E ao mesmo tempo um liberalismo econômico radical, erosão da proteção social, autoritarismo político, conservadorismo cultural e erosão de direitos sociais – esse é o modelo.

Face a esses dilemas e à alternativa autoritária da extrema-direita, é também possível pensar em termos de democratização da democracia. Na França existe uma organização chamada “Senado Cidadão”, hospedada no Senado francês, que reflete sobre como democratizar a democracia. Face à crise da representação que ocorre nas democracias eleitorais, como garantir às cidadãs e aos cidadãos formas de participação mais direta na tomada de decisões em benefício da vida coletiva? Várias experimentações estão em curso mundo afora, mas ainda estamos muito longe de obter respostas eficientes em relação ao que fazer. Estamos em uma fase fundamentalmente defensiva em relação a todos os ataques que a democracia vem sofrendo.

LF - Eu queria fazer uma pergunta sobre violência na escola, entendida também como uma instituição capaz de produzir relações democráticas no processo de redemocratização. De maneira semelhante ao paradoxo elucidado na sua obra, observamos também um aumento da violência ao longo da década de 90 e dos anos 2000. Além disso, nos últimos anos, os chamados ataques às escolas têm mobilizado a interpretação de pesquisadores, justamente para poder pensar a diferença entre esses acontecimentos e outras violências que já vêm ocorrendo há algum tempo nas escolas, desde os anos 90. Como a professora entende esse fenômeno?

AP - Eu trabalhei diretamente sobre essa questão da violência na escola, mais ou menos ao mesmo tempo em que estava fazendo, no Brasil, pesquisas apresentadas em *Violência e Democracia* (2000). Sobre a escola, o que vi na França naquele momento foi uma situação de ansiedade muito grande, por parte dos alunos, em relação ao seu destino escolar. A hipótese da democratização foi, para muitos pesquisadores e também para mim, a matriz explicativa do problema: uma escola que hierarquiza os alunos em função dos seus resultados

escolares, em um contexto de dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, é fonte de conflitos importantes. Filhos de pais não escolarizados, ou de baixa escolaridade, passaram a ter acesso a uma escolaridade longa, mas sem chance garantida de sucesso escolar. Isso suscita uma ansiedade muito grande entre eles, um clima de tensão nas escolas, grandes conflitos e uma violência relacional entre alunos e professores. Há muita agressividade por parte dos alunos em relação aos professores e muita agressividade, em troca, por parte dos professores - inclusive derrapagens de tipo racista. Isso não significa necessariamente que os professores “são” racistas. Mas há derrapagens racistas, em situações de tensão.

Isto posto, desde que eu parei de trabalhar sobre essas questões, o quadro parece ter sofrido um agravamento. Houve assassinatos de professores, coisa que não existia até ali. No contexto brasileiro, eu não tenho acompanhado os ataques e mortes por parte de ex-alunos nas escolas. Na França, a escola é central para o acesso ao mercado de trabalho. No Brasil, ela não tem a mesma centralidade, mas parece evidente que também no Brasil a situação se agravou nos últimos anos. Embora, em nenhum caso, ela seja tão grave quanto a situação americana. Os Estados Unidos têm uma longa história de ataques às escolas por parte de ex-alunos. E essa história tem a ver com o lugar que a escola ocupa na sociedade americana: é a ideia de competitividade, do sucesso que são categorias muito importantes no Imaginário americano.

Na França as coisas também se agravaram. Tem havido assassinatos de jovens por colegas na porta das escolas. Como explicar esse agravamento? Acho que ele é um indicador do grau de ansiedade em relação ao futuro que atravessa nossa sociedade. Está ligado efetivamente a essa questão da debilidade da democracia, do ponto de vista da incapacidade em dar respostas adequadas aos problemas. A explicação é genérica, mas eu tenho dificuldade em propor uma resposta mais precisa.

JS - O Lucas é mestrando do programa de pós-graduação em sociologia da UFSCar. E ele foi professor. Enfim, acho que a gente nunca deixa de ser. Ele tem uma vivência na escola e quis fazer um mestrado sobre isso. Só que o ingresso dele e a formulação do projeto coincidiram com esse novo panorama das violências na escola no Brasil.

LF- Eu tenho interesse nesses casos, pensando justamente no aumento dos últimos anos. Mas também pensando as narrativas, como isso é interpretado. E para examinar as consequências dessas narrativas, as tentativas de controle do espaço escolar, imposições inclusive de militarização e outras iniciativas que acompanham esse discurso sobre os ataques. São várias questões para serem pensadas.

JS – Angelina, qual o programa de pesquisa hoje?

AP – Nós, de maneira geral, trabalhamos o lugar do Brasil no mundo do ponto de vista desse debilitamento da democracia; formulamos a ideia de uma generalização dos ilegalismos como indicador desse debilitamento no contexto da globalização. Nossa tendência foi no sentido de dizer: o Brasil é como o resto do mundo, a democracia está se debilitando em todo o mundo. A globalização suscitou, em toda parte, uma implosão das fronteiras institucionais-legais. De modo que nós somos parecidos com as democracias mais antigas. Nas novas condições, era natural que fôssemos pelo mesmo caminho. Tudo isso é verdade. Mas hoje eu acho que nós temos de prestar mais atenção naquilo que nos especifica. É verdade que há tendências gerais que nos afetam, porém há algo que nos especifica, por exemplo no campo da violência. Se um padrão de violência de Estado, que tem por fonte a ditadura, se mantém na democracia, isso nos especifica porque não vamos encontrar a mesma coisa, no mesmo grau, nem no Chile, nem na Argentina, nem em nenhum outro lugar. Nós entramos na democracia guardando da ditadura um padrão de violência de Estado pautado no extermínio. Você fez parte, Jacqueline, dos que trouxeram para a ordem do dia o tema do genocídio negro. O movimento negro também evocou essa questão. Há uma guerra contra a população pobre deste país, uma guerra de extermínio – e isso é uma questão central.

Desde o ano passado, eu tenho estado muito envolvida com essa questão. Um grupo de 150 pessoas, formado por ex-exilados, esteve no Chile por ocasião dos 50 anos do golpe contra Salvador Allende. A ideia era agradecer aos chilenos por terem acolhido os exilados da ditadura brasileira e de outras ditaduras latino-americanas, oferecendo-lhes abrigo e trabalho. Este ano estamos fazendo algumas coisas em relação aos 60 anos do golpe no Brasil. A pergunta é: qual a relação entre os 434 mortos e desaparecidos brasileiros recenseados pela Comissão Nacional da Verdade e as políticas de extermínio contra populações negras e pobres que continuam a ordenar o exercício da segurança pública no Brasil?

JS - A questão da violência nos presídios, nas polícias, esse é o nosso carro-chefe. E, lamentavelmente, o tema não vai mudar tão cedo. Gostaria que nosso objeto desaparecesse. Mas, apesar de todos os nossos esforços, a gente tem sempre temas de pesquisa que vão sendo reconduzidos. Não sei se o Lucas...

LF - Eu queria só agradecer mesmo a disposição da professora em participar e responder às questões que levantamos.

JS – E essa dupla oportunidade de estar voltando a essas questões e de estar com vocês em São Carlos, mesmo virtualmente. Obrigada, gente. Com as condições de que a gente dispõe de financiamento da Universidade, nos últimos anos,

não nos restaram muitas alternativas a não ser conquistar o espaço virtual para dialogar, para fazer os convites. E é muito bom atualizar o debate. Porque estar lendo esse livro ainda faz muito sentido do ponto de vista do debate sobre a tensão entre violência e democracia no Brasil de hoje. Os paradoxos foram se atualizando, o Estado foi se atualizando, mas também a violência social foi se atualizando. E as formas da luta democrática contra a violência também vão se atualizando, embora esse paradoxo não se dissolva no encontro de uma solução. A gente teve um público importante nesse nosso encontro e com certeza nos próximos dias - a nossa audiência sempre aumenta. A Angelina sempre acolheu de uma maneira super generosa os novos pesquisadores brasileiros da violência na França. Acolheu a mim, acolheu tantos outros. E sempre atualizou esse debate com a gente e sempre foi muito querida pelos jovens pesquisadores e desejamos que continue sendo. Novos convites virão aí em outros momentos, talvez para publicar essa entrevista. Bom, querida, então um grande abraço, muito obrigada.

AP - Post-scriptum sobre questões de agenda:

No último dia 30 de setembro de 2025, uma atividade na UERJ abriu na minha cabeça um espaço de reflexão, que eu gostaria de compartilhar aqui. Há mais de um ano, eu me juntei a um grupo de ativistas que vem organizando uma exposição itinerante (*Memórias Encontradas: Entre a Solidariedade e a Perseguição*, 2024), promovida pela Comisión por la Memoria, uma instituição argentina presidida pelo Prêmio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel e pela historiadora Dora Barrancos. A exposição mostra fotos extraídas dos arquivos da Direção de Inteligência da Polícia da Província de Buenos Aires, com imagens de todos os latino-americanos que se asilaram na embaixada da Argentina em Santiago do Chile, depois do golpe de setembro de 1973 contra o presidente Salvador Allende. Entre eles, dois desaparecidos, Daniel José de Carvalho e José Lavecchia.

Em torno dessa exposição têm sido organizadas várias atividades. Depois de um mês e meio na UERJ, ela foi encerrada com um debate sobre o prolongamento da violência ditatorial na democracia. Foi projetado o documentário *Auto de Resistência* (Natasha Neri e Lula Carvalho, 2018), com imagens de ações policiais violentas nas periferias urbanas, todas extraídas de processos judiciais abertos contra policiais do Rio de Janeiro. Houve em seguida uma conversa com Natasha Neri, diretora do filme, Ana Paula Oliveira, do coletivo Mães de Manquinhos e Guilherme Pimentel, advogado popular e um dos coordenadores da Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado, a RAAVE.

Muito resumidamente, o teor dessa conversa foi o seguinte: Ana Paula Oliveira reconheceu a continuidade entre a violência ditatorial e a violência que matou seu filho Jonatha Oliveira, 10 anos atrás, com um tiro nas costas, na favela de Manguinhos, tendo como único motivo a cor da pele dele e o lugar onde ele morava. Natasha Neri sublinhou a importância da luta das mães na conquista da chamada ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental) das favelas – decisão do Supremo Tribunal Federal que, durante a pandemia e sob a relatoria do Ministro Edson Fachin, suspendeu as operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro, subordinando-as à supervisão do Ministério Público. Ela insistiu na centralidade desse movimento, não obstante a sua fragilidade. E Guilherme Pimentel mostrou a importância da RAAVE (Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado) enquanto espaço de mediação, que fortalece o movimento das mães, facilitando a escuta institucional. Graças à RAAVE, 100 bolsas do Ministério da Justiça foram oferecidas a mães, consideradas produtoras de conhecimento, no contexto de um dispositivo de cooperação inter-universitária.

Faz quase 40 anos de um encontro internacional na USP, com especialistas no estudo das polícias, que pautou a formação de policiais como uma necessidade urgente da democracia brasileira. Intitulado *Estratégias de Intervenção Policial no Estado Contemporâneo*, ele deu origem a um número da revista *Tempo Social* de maio de 1997 e a um investimento universitário de âmbito nacional nessa atividade. O encontro da UERJ me fez pensar que talvez fosse hora de reconfigurar a agenda. Talvez, como na saída da ditadura, seja hora de voltar novamente nosso interesse para os movimentos sociais.

Referências:

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Editora 34, 2000.

GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. Alameda Casa Editorial, 2015.

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PERALVA, Angelina; TOURAIN, Alain. *Violence et démocratie: le paradoxe brésilien*. París: Balland, 2001.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80*. Rio de Janeiro : Paz e Terra., 1988

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: Edipro, 2017

DATA de recebimento: 13 de novembro de 2025

DATA de aceite: 13 de novembro de 2025

Como citar esta entrevista:

SINHORETTO, Jacqueline; FELTRIN, Lucas Henrique Diniz; PERALVA, Angelina.

Violência e democracia 25 anos depois: entrevista com Angelina Peralva.

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v.15, p. 1-17, e151470, 2025,

Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v15.1470>